



# Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas

---

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

Dinâmicas e Contribuições das Organizações

---

Organizadores:

Sílvio Parodi Oliveira Camilo

Melissa Watanabe

Luciana Ávila de Medeiros

Rodrigo Machado



FONTENELE  
PUBLICAÇÕES

SÍLVIO PARODI OLIVEIRA CAMILO  
MELISSA WATANABE  
LUCIANA AVILA DE MEDEIROS  
RODRIGO MACHADO  
ORGANIZADORES



# Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) -  
DINÂMICAS E CONTRIBUIÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES



FONTENELE  
PUBLICAÇÕES

São Paulo – 2023

Copyright © 2023 por:  
**III Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas**  
**Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):**  
**Dinâmicas e Contribuições das Organizações**

**1ª Edição**

Novembro de 2023

*Edição:*  
Fontenele Publicações

*Organização:*  
Silvio Parodi Oliveira Camilo

Melissa Watanabe

Luciana Ávila de Medeiros

Rodrigo Machado

*Revisão:*  
Paloma Nogueira

*Diagramação e E-book:*  
Marcos Dignes

*Capa:*  
Ingo Bertelli

**ISBN – 978-65-5871-548-1**

CIP – (Cataloguing-in-Publication) – Brasil – Catalogação na Publicação  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

---

III Jornada nacional de desenvolvimento e políticas públicas -  
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) : [livro eletrônico] /  
dinâmicas e contribuições das organizações / organizado por: Silvio  
Paroli Oliveira Camilo, Melissa Watanabe, Luciana Ávila de Medeiros e  
Rodrigo Machado. 1 ed. São Paulo, Fontenele Publicações, 2023.

(Digital);

ISBN 978-65-5871-548-1

CDD 323

---

**Índice para catálogo sistemático**

1. Políticas públicas. I. Título

A editora não se responsabiliza, nem de forma individual nem de forma solidária,  
pelos conceitos e opiniões no conteúdo deste livro.

Todos os direitos reservados ao autor. Proibida sua publicação total ou em partes por  
qualquer meio de comunicação, sem a autorização prévia do autor.

**Fontenele Publicações**

Av. Paulista, 1765 - 7ª Andar cj 72 cv10028 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01311-930

Contato/WhatsApp: 11 98635-8887 / 95150-4383 / 95150-3481

contato@editorafontenele.com.br

# CARTA DE CRICIÚMA 2021

## Contribuições para o fortalecimento da pesca artesanal no Brasil

**Adriano Prysthon**

Embrapa Pesca e Aquicultura

**Micheli C. Thomas**

Udesc

**Leonardo Martins Pinheiro**

PPG Ecologia/UFRGS

**Barbara Heck Schallenberger**

PPG Ecologia/UFRGS

**Jonathas Barreto**

PPGOAM/UFES

**Beatriz Mesquita**

Fundação Joaquim Nabuco

**Marta Eichenberger Ummus**

Embrapa Pesca e Aquicultura

**Larissa Dalpaz**

PPG em Ecologia/UFSC

**Carolyne Ribeiro Gomes Dias**

Embrapa Pesca e Aquicultura

**Patrícia Falcão Bueno**

Prodema/Uesc

**Rodrigo Machado**

PPGDS/Unesc

**Criciúma, Santa Catarina, 29 de abril de 2021**

Aos gestores públicos da administração, instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão e organizações da sociedade civil ligadas direta ou indiretamente à cadeia produtiva da Pesca Artesanal do Brasil.

Durante a **III Jornada de Desenvolvimento e Políticas Públicas** (<https://doity.com.br/iii-jornada-nacional-de-desenvolvimento-e-politicas-publicas/blog/home>), no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) **Governança e políticas públicas na gestão da pesca artesanal**, foi discutido o papel da governança e como esta influencia nas políticas públicas no Brasil, considerando ainda, neste contexto, os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na ONU/FAO**. **Anais da III Jornada de Desenvolvimento e Políticas Públicas** (<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariocsa/issue/view/273>).

Como resultado das discussões, destacou-se a importância das instituições públicas, comunitárias, privadas e da sociedade civil para o desenvolvimento da extensão pesqueira em nível local, regional e nacional da pesca artesanal. Neste sentido, visando fortalecer as políticas públicas a esse setor, listamos algumas contribuições:

- ✓ Revisão e execução da Lei 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras;
- ✓ Revisão e execução do Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, nos quais os pescadores e pescadoras artesanais estão incluídos;
- ✓ Implementação e monitoramento das ações alinhadas às ODS (FAO), mais precisamente a ODS-14 até 2030, com vistas a promover oceanos mais saudáveis para a segurança alimentar, nutrição e resiliência das comunidades tradicionais;
- ✓ Implementar as Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza, elaboradas no âmbito da FAO e publicadas em 2015, tomando-as como guia para a governança da pesca artesanal no Brasil;

- ✓ Consolidar e implementar uma política nacional de educação e conscientização ambiental junto ao setor pesqueiro tanto na escala industrial quanto na escala artesanal;
- ✓ Envidar esforços para a descentralização da gestão pesqueira no Brasil, encorajando e capacitando Estados e Municípios a aumentar suas atuações no setor com o objetivo de aumentar a participação dos diversos atores da pesca artesanal na demanda, elaboração e monitoramento de políticas públicas;
- ✓ Estimular o automonitoramento de desembarques pesqueiros pelo poder público local (lideranças, prefeituras, etc.) como política de obtenção de dados pesqueiros produtivos e socioeconômicos visando ao desenvolvimento local da pesca em longo prazo. Esta ação necessita de apoio técnico (extensão rural) e abordagens participativas como metodologias;
- ✓ Realizar censo estrutural de comunidades, tal como retomar programas de estatística pesqueira nacional;
- ✓ Realizar diagnósticos socioeconômicos e ambientais além de mapeamento e zoneamento participativos nas comunidades pesqueiras;
- ✓ Dar visibilidade e enfoque à participação e à condição das mulheres na pesca;
- ✓ Fomentar a criação de um sistema de inteligência territorial estratégica para a pesca nacional, que compile e padronize os mapeamentos já realizados e incentive o levantamento de novos dados especializados;
- ✓ Fomentar a criação e a manutenção de Fóruns, Colegiados, Comitês e Conselhos que tenham caráter multiorganizacional e com ampla representação das comunidades tradicionais pesqueiras na busca de construção de políticas públicas participativas;
- ✓ Promover articulação entre o setor pesqueiro e os governos municipais e estaduais para revisão de políticas públicas existentes que necessitem de atualização ou que provoquem grandes conflitos envolvidos;
- ✓ Avaliar medidas que reduzam as capturas acessórias de espécies e indivíduos não alvo das pescarias;
- ✓ Implementar medidas que garantam o beneficiamento do pescado de baixo custo e de fácil acesso aos pescadores artesanais;
- ✓ Garantir maior autonomia e poder de fiscalização das agências regu-

ladoras ambientais em diferentes níveis (federal, estadual, municipal), uma vez que existem diversas leis e acordos de pesca que não conseguem ser cumpridos devido à falta de fiscalização dos órgãos competentes;

- ✓ A retomada e fortalecimento, com ampla participação popular, dos Comitês Permanentes de Gestão (CPGs) do governo federal. Tal medida é fundamental para ampliar a discussão a respeito dos recursos pesqueiros brasileiros explorados pelas comunidades tradicionais marinhas e continentais.